



# OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

N°8 – Novembro/2024



## O PODER AMERICANO

**O Observatório Internacional do  
Século XXI é uma publicação do Grupo  
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica  
do Capitalismo do  
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

**Todos os direitos reservados**

**A reprodução dos artigos deve ser feita  
mediante a indicação da fonte e  
colocação do link deste Boletim  
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

#### ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a opinião institucional do Observatório Internacional do Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro autor.**



**OBSERVATÓRIO  
INTERNACIONAL  
DO SÉCULO XXI**

**N°8 - Novembro/2024**

**COMITÊ EDITORIAL**

José Luís Fiori  
Maria Claudia Vater  
Andrés Ferrari Haines

## **COLABORADORES DESTE NÚMERO**

Andrés Ferrari Haines  
Carlos Vladimir  
Daniel Barreiros  
Fernanda Brozoski  
Flavio Aguiar  
José Luís Fiori

---

Mirelli Malaguti  
Nelson G. Delgado  
Reinaldo Guimarães  
Silvia Aparecida Zimmermann  
Wagner Sousa

**Foto de capa:**

[https://en.wikipedia.org/wiki/File:Bald\\_eagle\\_about\\_to\\_fly\\_in\\_Alaska\\_\(2016\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Bald_eagle_about_to_fly_in_Alaska_(2016).jpg)

**O**s Estados Unidos são o tema central deste oitavo boletim do Observatório Internacional do Século XXI. A escolha do tema foi anterior à eleição presidencial de Donald Trump, mas o boletim foi concluído em tempo de incorporar os resultados da última eleição presidencial dos EUA, incluindo a análise de vários aspectos da sociedade, da economia, da defesa, e das relações internacionais que o novo governo de Trump deverá enfrentar e se propõe transformar. Neste momento, ainda não está claro se o segundo mandato de Donald Trump será apenas mais um round na disputa que divide as elites e a sociedade americana, mas não há dúvida que Donald Trump concentrará em suas mãos uma quantidade de poder que não teve no seu primeiro mandato.

# SUMÁRIO

## SOBRE O PODER AMERICANO: EXPANSÃO E IMPÉRIO 7

*Por José Luís Fiori*

## O DECLÍNIO DA ECONOMIA AMERICANA. TRUMP TEM A SOLUÇÃO? 11

*Por Andrés Ferrari Haines*

## O PESO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS EUA 15

*Por Mirelli Malaguti*

## A QUESTÃO DA DESIGUALDADE AMERICANA 19

*Por Wagner Souza*

## O DESAFIO DA “SEGURANÇA ALIMENTAR” E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

22

*Por Silvia Aparecida Zimmermann*

*Nelson G. Delgado*

## O PROBLEMA DA “IMIGRAÇÃO ILEGAL” 25

*Por Wagner Souza*

## A “GRANDE ESTRATÉGIA” AMERICANA PARA O SÉCULO XXI 28

*Por José Luís Fiori*

## DONALD TRUMP E A UNIÃO EUROPEIA 31

*Por Flávio Aguiar*

## A RELAÇÃO ENTRE OS EUA E A CHINA 34

*Por Carlos Vladimir*

## AS ARMAS E O PODER AMERICANO 38

*Por Daniel Barreiro*

## TRUMP E A QUESTÃO ENERGÉTICA E AMBIENTAL 40

*Por Fernanda Brozoski*

## A BIG PHARMA, UMA INVENÇÃO NORTE AMERICANA 43

*Por Reinaldo Guimarães*

## A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP E O SISTEMA MUNDIAL 47

*Por José Luís Fiori*

## SOBRE O PODER AMERICANO: EXPANSÃO E IMPÉRIO

Por José Luís Fiori

---

**E**xiste uma questão histórica que permanece até hoje sem uma resposta consistente e definitiva: sobre a especificidade da independência e do desenvolvimento dos Estados Unidos, quando comparado com o de outras colônias europeias situadas ao sul do continente americano. Como foi afinal que essa colônia inglesa conseguiu conquistar tamanho poder e riqueza a partir de 1783, deixando para trás sua condição de colônia britânica para transformar-se no Século XX, no país mais rico e poderoso do mundo, e impondo ao resto do mundo, no final do Século, algo parecido com um “império militar global”. Com uma história de guerras e conquistas, e de expansão quase contínua do seu “poder global”, mesmo que hoje este poder esteja enfrentando contradições e limites que podem desacelerar e até obstaculizar o seu expansionismo neste Século XXI. Senão vejamos.

Do ponto de vista geopolítico, a independência do Estado americano foi um episódio, da grande disputa hegemônica dentro da Europa, entre a Inglaterra e a França, que se prolongou durante todo o Século XVIII, e de forma particular, entre a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e o fim das guerras napoleônicas, em 1815. Nesse período, as 13 Colônias conquistaram sua independência, consolidaram seu território, escreveram sua Constituição da Filadélfia e elegeram seu primeiro governo republicano, adotando uma posição de neutralidade no conflito entre as grandes potências.

Depois de sua independência, os Estados Unidos negociaram suas fronteiras e seus tratados comerciais com o “núcleo duro” das grandes potências europeias, com as quais sempre mantiveram relações privilegiadas, em particular com a Inglaterra. E acabaram obtendo vitórias diplomáticas notáveis, porque souberam utilizar a seu favor as divisões das grandes potências e sua fragilidade temporária, começando pelo tratado de paz, cuja versão preliminar foi assinada, em Paris, em 30 de novembro de 1782.

Por outro lado, do ponto de vista geoeconômico, o diferenciador da independência norte-americana foi sua relação complementar, funcional e privilegiada com a economia inglesa, que era naquele momento a principal economia capitalista do mundo,

em pleno processo de revolução industrial. Os números indicam que os Estados Unidos foram, durante todo o século XIX, uma espécie de “zona de coprosperidade” da Inglaterra, fazendo parte de uma aliança econômica e estratégica que já havia sido decidida pelo primeiro governo constitucional dos Estados Unidos, presidido por George Washington. Uma decisão que foi tomada no momento da assinatura do *Jay's Treaty* - entre Inglaterra e Estados Unidos - em 1794, que foi o verdadeiro ponto de partida econômico do “poder americano”. Um tratado, além disto, que deu origem à uma parceria entre os dois países que se manteve e aprofundou nos dois séculos seguintes.

E foi logo após a assinatura do *Boundary Treaty*, em 1818, também com a Inglaterra, que o secretário de Estado John Quincy Adams falou pela primeira vez de um “destino manifesto” dos Estados Unidos, propondo de imediato a anexação de Cuba e da Flórida ao território americano. Antes que fosse anunciada a Doutrina Monroe, em 1823, uma espécie de “*take off*” do “expansionismo americano”, confirmado pela anexação do Texas, em 1845, e do Novo México e da Califórnia, em 1848.

Quando chegou a hora da sua Guerra Civil (1861-1865), os Estados Unidos já tinham completado a conquista do seu território continental e haviam dado passos diplomáticos e comerciais extremamente importantes no tabuleiro geoeconômico asiático. No entanto, a Guerra Civil mudou o rumo da história dos Estados Unidos, elevando seu expansionismo a um novo patamar na segunda metade do século XIX. Sobretudo depois que se consolidou a aliança indestrutível e expansiva entre o Estado americano e seu capital financeiro, com a utilização dos títulos da dívida pública contraída pela União durante a guerra como alavancas financeiras das ferrovias que atravessaram o território americano, integrando e multiplicando seu mercado nacional.

Foi só depois dessa centralização interna de poder e das finanças promovida pela Guerra Civil, que os Estados Unidos iniciaram sua expansão para fora do seu território continental, ao declarar e vencer a Guerra Hispano-Americana e conquistar – pelo Tratado de Paris, de 1898 – Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas. Começava, assim, uma escalada colonial que prosseguiu com a intervenção no Haiti, em 1902; no Panamá, em 1903; na República Dominicana, em 1905; em Cuba, novamente, em 1906; e de novo no Haiti, em 1912. Nesse período, os Estados Unidos substituíram a Inglaterra e assumiram de fato o patrocínio militar da Doutrina Monroe, ao impedirem a invasão da Venezuela, em 1895, pela Inglaterra e Alemanha, que cobravam dívidas do governo

venezuelano com os bancos europeus. Logo em seguida, anexaram também o Havaí, em 1897.

Ao entrarem na Primeira Guerra Mundial, em 1917, os Estados Unidos já eram hegemônicos dentro do seu próprio continente, e já ocupavam uma posição significativa no território econômico e geopolítico asiático. Mas foi só aí que começou sua luta para impor sua supremacia na Europa, o verdadeiro segredo da conquista do “poder global” dos Estados Unidos.. Em particular depois da Segunda Guerra Mundial, quando adotam sua estratégia de “ contenção universal” da “ameaça comunista” que lhes facilitou o trabalho de construção de uma infraestrutura militar que foi se fazendo cada vez global.

De tal maneira que, ao se dissolver a União Soviética e terminar a Guerra Fria, em 1991, os americanos já possuíam bases ou acordos militares em cerca de 130 dos 194 países do mundo, e mantinham cerca de 300.000 soldados fora dos Estados Unidos. Uma vasta rede de bases e acordos militares que serviriam de base material de sustentação do poder unipolar dos EUA, conquistado através de sua arrasadora vitória na Guerra do Golfo, em 1991/2. Por outro lado, do ponto de vista econômico, no fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos também negociaram as bases da arquitetura monetário-financeira que regulou as relações na economia capitalista mundial, até a crise de 1973, quando os EUA mudaram sua estratégia econômica internacional, deixando para trás seu “desenvolvimentismo” do pós-guerra, e adotando um novo programa neoliberal de desregulação e privatização generalizada dos mercados nacionais.

Depois de 1991, não houve nenhum acordo de paz entre vitoriosos e derrotados, e os Estados Unidos assumiram isoladamente a liderança de um novo projeto de ordenação mundial com características mais imperiais do que hegemônicas. A diferença, desta vez – com relação a 1945 – era que não existia, na década de 90, nenhum outro poder com capacidade de bloquear ou limitar o expansionismo americano, agora na direção do Leste europeu, e dos antigos territórios do Pacto de Varsóvia. Processo que se acelerou depois dos atentados do 11 de setembro de 2001 e da declaração americana de Guerra ao Terrorismo, uma guerra tipicamente imperial e global.

Paralelamente, no campo econômico, a estratégia americana de promoção ativa da abertura e desregulação de todas as economias nacionais, desde a década de 80, multiplicou a velocidade do processo da globalização, em particular dos mercados financeiros. E, no fim da década, o balanço econômico também era muito claro: os Estados Unidos haviam vencido em todos os

sentidos. Sua moeda era a base do sistema monetário internacional e a dívida pública norte-americana havia se transformado no principal ativo financeiro de quase todos os governos do mundo. Em síntese, no final dos anos 90, o poder militar americano havia se transformado na infraestrutura coercitiva de um novo tipo de “império militar mundial”. E o processo da globalização financeira havia universalizado a moeda e o capital financeiro norte-americano, chegando perto da criação de um “império financeiro global”.

Entretanto, passada a crise financeira de 2008 e após 20 anos de “guerras sem fim”, sobretudo no território do “Grande Médio Oriente”, o expansionismo americano parece que encontrou uma barreira cada vez mais intransponível nesta terceira década do século XXI. E mais ainda depois da pandemia de Covid-19 e do início da Guerra da Ucrânia, em 2021, e da Guerra de Gaza, em 2023. A última tentativa do projeto liberal-cosmopolita do governo democrata de Joe Biden fracassou, a economia capitalista entrou em acelerado processo de “desglobalização”, a estratégia expansiva norte-americana na direção do Leste foi barrada pelas tropas russas na Ucrânia, o “excepcionalismo moral” dos Estados Unidos vêm sofrendo enorme desgaste global com seu apoio incondicional à política israelense de extermínio da população palestina da Faixa de Gaza.

Neste momento, já na terceira década do Século XXI, todos estes sinais parecem estar apontando para o nascimento de um a nova ordem internacional multipolar. Mas isto não significa que o Poder Americano esteja vivendo uma “crise terminal”, nem muito menos, que os Estados Unidos venham a abdicar do seu poder e de sua presença internacional. do seu “expansionismo contínuo”. Mas não há a menor dúvida que o “expansionismo contínuo” e o projeto imperial dos Estados Unidos perdeu força e encontrou limites, mesmo que não tenha chegado ao seu ponto terminal.

## O DECLÍNIO DA ECONOMIA AMERICANA. TRUMP TEMA SOLUÇÃO?

Por Andrés Ferrari Haines

---

**A**pós a confirmação do retorno de Donald Trump à Casa Branca, consolida-se a interpretação de que o fundamental para o voto da população estadunidense foi a questão econômica. A administração Biden não esperava isto porque acredita que a economia está em boas condições, com um mercado de trabalho em expansão, ações em expansão, uma inflação muito mais baixa e um PIB crescente.

Mas as pesquisas mostraram que a economia era a questão número um para os eleitores. Na verdade, Trump conquistou o apoio de três quartos dos eleitores que afirmaram que a economia era a sua principal preocupação. Dois terços de todos os eleitores disseram considerar o estado da economia "não tão bom/mau". A pesquisa AP VoteCast descobriu que 3 em cada 10 eleitores sentiram que sua família estava "sendo deixada para trás" financeiramente, contra 2 em cada 10 em 2020.

No imediato, o quadro inflacionário em curso é considerado por alguns analistas como o pior desde a década de 1970, enquanto outras medições o consideram o pior desde a Guerra Civil. Cerca de 9 em cada 10 eleitores estavam pelo menos "algo preocupados" com o custo dos alimentos, 8 em 10 com o custo dos cuidados de saúde, habitação ou gasolina.

As pesquisas têm refletido que a situação piorou durante a administração Biden. 52% dos americanos disseram que a sua situação econômica é "pior" do que há quatro anos, em comparação com 39% que a consideram melhor. A pobreza e a insegurança alimentar aumentaram substancialmente durante a administração Biden-Harris. O número de sem-abrigo atingiu um máximo recorde em 2023.

Trump baseou a sua campanha na melhoria da situação econômica dos americanos. Sem ser muito claro sobre como o fará, prometeu que recuperará "bons empregos industriais" tirando os de outros países. Pelo que afirmou até agora, Trump basicamente repetiria as principais medidas que implementou no seu primeiro mandato como presidente.

Assim, por um lado, Trump sustentou que irá mais uma vez impor tarifas gerais de pelo menos 60% sobre todos os produtos chineses e de 20% sobre todos os produtos estrangeiros. Da mesma forma, irá retomar sua política anterior de impedir a entrada de imigrantes ilegais e afirma agora que irá realizar uma deportação massiva de trabalhadores sem documentos. Por fim, reiterou que reduziria os impostos.

No entanto, embora no seu mandato anterior a sua estratégia tenha sido impactada pela pandemia, até então os resultados não tinham melhorado a situação para a maioria dos americanos. Naquela altura, Trump cortou os impostos sobre os ricos e as empresas, o que significava que os multimilionários pagavam uma taxa de imposto mais baixa do que os 50% mais pobres da população. Agora, sua proposta aponta para resultado semelhante, pois visa reduzi-los para os 5% mais ricos dos americanos em pelo menos 1,2%, enquanto aumentarão para os 95% mais pobres do país, segundo análise do Instituto de Política Fiscal e Econômica.

Além disso, temendo o efeito negativo dos cortes de impostos sobre o défice federal, Trump sustentou que deve fazer cortes nos programas para os cidadãos, na Segurança Social, na saúde, nos subsídios para crianças ou cuidados domiciliários.

A expulsão de trabalhadores sem documentos também poderia ter efeitos inflacionários, dado que, precisamente, a sua atração se associa ao fato de serem empregados em atividades de baixos salários e em condições mais precárias. Assim, caso sejam substituídos por mão de obra americana, estima-se que isso impactará também na taxa de inflação.

O Gabinete de Orçamento do Congresso informou que a imigração líquida atingiu 3,3 milhões em 2023. Nos últimos quatro anos, 73% dos que entraram no mercado de trabalho eram estrangeiros. Dois economistas da Brookings Institution afirmam que foi por causa do afluxo de imigrantes que os Estados Unidos conseguiram criar empregos sem sobreaquecer ou acelerar a inflação.

O Instituto Peterson, por seu lado, estima que a deportação dos 8,3 milhões de imigrantes que se acredita estarem a trabalhar ilegalmente nos Estados Unidos reduziria o PIB dos EUA em 5,1 bilhões de dólares e aumentaria a inflação em 9,1 pontos percentuais até 2028.

Além disso, Trump insiste que outros países paguem tarifas. Mas da vez anterior foram as empresas americanas que tiveram de repassar as tarifas mais altas para os preços. Neste sentido, poderá repetir-se o efeito negativo do período anterior, que é a retaliação

tarifária sobre os produtos norte-americanos, prejudicando as exportações do país.

O Instituto Peterson estimou ainda que o conjunto de políticas propostas por Trump reduziriam o PIB entre 1,5 bilhões e 6,4 bilhões de dólares até 2028 e aumentariam dramaticamente a inflação de 2026 para entre 6% e 9,3%, caso totalmente implementadas.

Resta saber se Trump, como também afirmou na campanha anterior, acabaria com as “guerras eternas” dos Estados Unidos. Atualmente, estes tratam do apoio à Ucrânia e a Israel. A segunda, em particular, teve impacto eleitoral, já que 77% dos democratas afirmaram querer que o governo deixasse de enviar armas para Israel. A administração Biden-Harris enviou-lhe 18 mil milhões de dólares em ajuda militar desde outubro de 2023.

Como Harris deixou claro que um embargo de armas a Israel estava completamente fora de questão, segundo o Wall Street Journal, os democratas perderam milhões de votos. Com uma participação muito baixa; de acordo com a Reuters, eles foram superados em número pelos eleitores independentes. Dado que Trump recebeu aproximadamente o mesmo número de votos em 2024 que recebeu em 2020, a vitória eleitoral republicana para muitos observadores deveu-se ao número de eleitores democratas que desistiram de votar.

Na sua administração anterior, a política externa de Trump colocou-o em colisão com o chamado “Deep State”. Desta vez, acabar com os enormes gastos de guerra levanta questões, se essa for de fato a intenção de Trump, sobre os poderosos interesses industriais-financeiros que dominam o orçamento federal e que empurraram a dívida nacional para mais de 35 biliões de dólares.

Os críticos de Trump apontam o paradoxo de um bilionário que afirma representar o povo contra uma elite globalizada. A resposta eleitoral refletiu que este foi o caso nesta ocasião. A impopularidade de Biden, cujo índice de aprovação no dia das eleições foi de apenas 38,5 por cento, foi expressa nos trabalhadores de todo o espectro social que votaram em Trump.

O líder democrata tradicional Bernie Sanders denunciou que “não deveríamos ficar surpresos que um Partido Democrata que abandonou a classe trabalhadora descubra que a classe trabalhadora os abandonou”.

Desde que Ronald Reagan prometeu restaurar a grandeza do país – um slogan que Trump assumiu – na década de 1980, as políticas neoliberais e a globalização econômica geraram uma

tremenda concentração de riqueza no país. A grande maioria dos americanos sofre hoje mudanças que se tornaram estruturais, numa economia que perdeu grande parte da sua infraestrutura industrial.

Atualmente, o subemprego, o duplo emprego, a precariedade e a “gigificação” dos empregos e a crescente desigualdade caracterizam a sociedade dos EUA. As bolhas nos preços dos ativos que tornam a habitação inacessível são a realidade económica para a maioria dos trabalhadores.

Os receios daqueles que temem que este quadro não se altere sob a liderança de Trump parecem se justificar, já que, segundo o Bloomberg Billionaires Index, as dez pessoas mais ricas do mundo viram a sua riqueza aumentar para 64 bilhões de dólares no dia em que Trump ganhou as eleições, constituindo o maior aumento diário de riqueza registrado pela Bloomberg.

Fazem sentido assim as palavras proferidas numa conferência organizada em 21 de outubro pela Securities Industry and Financial Markets Association, pelo bilionário Larry Fink. CEO da maior gestora de ativos do mundo, BlackRock, com US\$ 11,5 trilhões sob gestão.

Fink declarou que estava “cansado de ouvir que esta é a eleição mais importante da sua vida” porque “a realidade é que com o tempo isso não importa”. Tanto Donald Trump quanto Kamala Harris serão bons para Wall Street, visto que “trabalhamos com ambas as administrações e estamos conversando com ambos os candidatos”.

## O PESO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS EUA

Por Mirelli Malaguti

---

**A**s vésperas da II Guerra Mundial, a dívida pública dos EUA se aproximava a U\$S 1 trilhão. Em 40 anos, pelos idos dos anos 80, mesmo com os gastos do Estado de Bem-Estar e da Guerra Fria, esse montante chegou a R\$ 3,5 bilhões. Desde então, com toda a política de austeridade defendida, esse montante ultrapassou dez vezes mais nos últimos 40 anos, com dois pontos de inflexão: de 1982 a 2008 partindo de U\$S 3,5 e atingindo U\$S 14,5 trilhões e alcançando os atuais U\$S 35 trilhões<sup>1</sup> em 2024.

Embora, a tão defendida tese dos economistas do *mainstream* de que a expansão da dívida pública seria uma fragilidade, no caso dos EUA, foi um fator de fortalecimento do seu poder, expansão de sua capacidade de tributar e extraer o excedente extraterritorial. Tal endividamento contínuo foi possível já que os EUA se encontravam em uma posição de emissor da moeda que realiza a maior parte das transações no planeta, podendo incorrer em elevados *déficits* sem sofrer constrangimento ou ameaça a sua posição de monetária e financeira mundial, com seus títulos de dívida pública como principal reserva dos Bancos Centrais no mundo. Desde a quebra do padrão-ouro, na década de 70, os EUA passaram a dar os rumos dos destinos de boa parte dos recursos do mundo, sem reciprocidade, por meio de sua posição de devedor, não de credor. Poder, não credibilidade, era o centro do sistema monetário internacional, e o temor dos EUA mergulharem o mundo em crise, como com o choque dos juros em 1979.

A grande crise financeira de 2008 abalou a economia americana e européia, concomitante a ascensão chinesa e de novos grupos como o G-20 e os BRICS que favoreceu a multipolaridade. Como resposta, os EUA passaram a descumprir acordos internacionais, retaliar o comércio com a China e impingir sanções econômicas aos “desafetos”, como Venezuela, Cuba e Rússia, com a sua retirada do sistema Swift e sequestro de seus depósitos no sistema financeiro internacional. Tal movimento vem provocando efeito adverso com a aceleração do processo de desdolarização

---

<sup>1</sup> Todos os valores estão ajustados a 2024, ver: <https://fiscaldata.treasury.gov/americas-finance-guide/national-debt/>.

---

mundial, a princípio remoto, já que nenhuma outra moeda teria fundamentos das armas, da guerra, tecnológico e financeiro para substituir o Dólar. Contudo, se não há uma moeda que substitua o Dólar no curto e médio prazo, ela vem se tornando medida de conta, mas não necessariamente como meio de troca, nessas transações. Com as sanções econômicas impingidas na Rússia houve o fortalecimento do comércio e acordos entre Rússia, China e Índia e aceleração do processo de desdolarização, impactando no enfraquecimento da economia européia, que entrou num processo de estagnação e inflação, que refletiu na própria economia americana. Para conter o processo inflacionário, o FED responde com o aumento das taxas de juros, principal fator do aumento do endividamento público dos EUA nos últimos anos. Assim, “o declarado projeto da Rússia e China de desdolarizar suas relações econômicas representam um desafio existencial para os Estados Unidos, agravado pela quantidade de países que estão aderindo a esses novos circuitos financeiros”.

Segundo o FMI, no início dos anos 2000 na Composição Monetária das Reservas Cambiais Oficiais (Cofer), o Dólar respondia por 71,46% das reservas, em 2016 caiu para 65,46% e em 2023 esse percentual chegou a 58,41% das reservas alocadas<sup>1</sup>. A queda do Dólar não foi acompanhada por aumentos nas participações das outras moedas que integram o grupo das “quatro grandes” – Euro, Iene e Libra, mas de moedas de reserva não tradicionais como o Dólar australiano, canadense e de Singapura, o Renminbi (Yuan) chinês, o Won sul-coreano e as moedas nórdicas. “Numa perspectiva de mais longo prazo, ao longo das últimas duas décadas, o fato de o valor do dólar dos EUA ter permanecido praticamente inalterado, enquanto a parte do dólar dos EUA nas reservas globais diminuiu, indica que os bancos centrais têm, de fato, se afastado gradualmente do dólar”.

Internamente, constata-se a expansão de déficit público que chegou a U\$S 1,83 trilhões em 2024, valor menor do que nos anos de pandemia (2020 e 2021), mas ainda o dobro do ano anterior a Covid-2019. Cabe lembrar que em 2023 o Congresso votou uma lei que suspendia o teto da dívida pública dos EUA até janeiro de 2025, que era de U\$S 31 trilhões. Por outro lado, o neoliberalismo produziu uma brutal concentração de renda, com o empobrecimento da sociedade cujo percentual de massa salarial sobre o produto que chegou a 52% em 1969, caiu para 42% em

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/06/11/dollar-dominance-in-the-international-reserve-system-an-update>

2023. Nesse contexto que o recém presidente eleito Donald Trump deve assumir com promessas de: equalizar a dívida pública, manter as renúncias fiscais realizadas em seu governo anterior, que vencerão nesse ano, diminuir o déficit fiscal com corte de gastos e sair das guerras.

Com o limite máximo da dívida federal restabelecido em janeiro de 2025 será desencadeado um confronto no Congresso, embora os Republicanos controlem o Senado, nenhum dos partidos tem uma maioria clara na Câmara, deixando incerta uma resolução rápida. O Tesouro poderá ter de usar medidas extraordinárias para financiar o governo. Em relação aos impostos, Trump tem um grande desafio pois se mantiver as isenções tributárias contribuirá para intensificar o déficit público, se não o fizer, descumprirá promessas de campanha para a sua base, que são as grandes corporações. Mesmo que aumente tarifas protecionistas, elas não compensam os cortes de impostos. Ademais, corte de impostos e aumento de tarifas sinalizam ao mercado medidas que podem aquecer a inflação, com aumento de custos para consumidores e empresas estadounidenses. Para cortar gastos teria que diminuir a despesa com a dívida, o que deve acontecer lentamente por conta do recente corte em 0,5% de juros pelo FED, ainda incipiente e com impactos de médio prazo. Por outro lado, analistas apontam para corte nos gastos sociais, em especial, sobre o Programa de Saúde que monta U\$S 1,6 trilhões (Medicare U\$S 839 bilhões e Medicaid U\$S 616 bilhões) dos U\$S 4 trilhões de despesas, em 2023<sup>1</sup>, considerado um dos grandes avanços em programas sociais.

A iminente crise do teto da dívida e as perspectivas fiscais dos EUA já fizeram soar o alarme entre as agências de classificação de crédito. A Fitch Ratings rebaixou os títulos públicos dos EUA no ano passado, citando preocupações com o impasse político e a má gestão fiscal. A Moody's também alertou que os EUA poderão enfrentar uma queda se a saúde fiscal continuar a deteriorar-se, enquanto a S&P Global Ratings colocou a sua classificação AA+ sob pressão devido à incapacidade de conter os déficits crescentes.

Trump afirma que vai acabar com as guerras, contudo, o fim de sanções sobre a Rússia não retroagirá ao processo da desdolarização da economia desencadeado com a guerra da Ucrânia. A dívida pública dos Estados Unidos agora, mais do que nunca, dependerá muito mais dos países seguirem aceitando seus papéis do que do poder de sanção dos EUA, que aparentemente gerou efeitos reversos. Diante da decisão do Sul Global de

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.cbo.gov/system/files/2023-12/59682-Accuracy.pdf>

independência monetária, Trump deve voltar sua pressão para países que possuem uma economia mais dependente do Dólar como a América do Sul para diminuir os graus de relações chinesas. Nesse sentido, outros tipos de intervenção parecem que continuarão sendo a principal forma de globalização da dívida e uso do Dólar.

## A QUESTÃO DA DESIGUALDADE AMERICANA

Por Wagner Sousa

---

**U**ma das características das mudanças engendradas na economia política dos países ricos, desde o início da década de 1980, tem sido a concentração de renda. Do “consenso keynesiano”, que vigorou do pós-guerra ao fim dos anos 1970, (o republicano Richard Nixon disse, certo momento, “somos todos keynesianos”), que tinha no investimento público e adição dos ganhos de produtividade aos salários, duas de suas principais “âncoras”, a economia passou a ser gerida tendo como premissas de sua eficiência a redução do papel do Estado, e portanto do investimento público, e a “financeirização” da gestão da riqueza, na qual os lucros de curto prazo passaram a ditar a estratégia empresarial. Assim, a contenção de gastos das empresas, com demissões e redução de custos salariais, está, desde então, no cerne destes planos.

Na virada dos anos 1970 para a década de 1980 viu-se aumento brutal da taxa de juros pelo Federal Reserve, então dirigido por Paul Volcker, no intuito de domar a inflação e reafirmar o papel do dólar como moeda reserva mundial e do lugar central do sistema financeiro dos EUA no mundo. A “revolução conservadora” de Ronald Reagan, no entanto, tirou a economia norte-americana da recessão com um “keynesianismo militar”, resultado de forte expansão dos gastos de defesa. Este investimento na capacidade bélica cumpriu a função de dar sustentação necessária para a recuperação da economia e debilitar a economia da URSS provocando o colapso de seu regime político, um objetivo geopolítico, portanto. Reafirmação da supremacia da moeda e das armas dos EUA em nível global compunham o processo muito bem descrito no artigo “A retomada da hegemonia norte-americana”, obra da saudosa professora Maria da Conceição Tavares.

A vitória norte-americana na Guerra Fria, com o fim da URSS e do bloco socialista e a reunificação da Alemanha fez com que a “hegemonia unipolar” dos EUA se estabelecesse a partir dos anos 1990 e com esta a consolidação do chamado “neoliberalismo” tendo como seus principais objetivos as liberalizações comercial e financeira, as privatizações e desregulamentações das normas vistas como “empecilhos” ao investimento privado. A economia das “bolhas de ativos” com inflação dos valores de ações (a “bolha pontocom” dos anos 1990) e imóveis (“bolha imobiliária” dos anos

2000) substituiu a dinâmica anterior da economia com crescimento contínuo dos salários reais e “aburguesamento” da classe trabalhadora e sua integração à classe média. O proletariado norte-americano viu seus empregos industriais escassearem ao se deslocarem para o exterior, pela busca da indústria por mão-de-obra mais barata. Novos empregos surgiram na “economia de serviços”, porém, na maioria das vezes, com remuneração pior, condições de trabalho precarizadas, em situações que variam das jornadas extenuantes aos “part time jobs”, que fazem com que muitos trabalhadores trabalhem menos horas do que gostariam e ganhem, em consequência, salários menores. O trabalho nos Estados Unidos se tornou, em grande medida, mais precário, instável e com remuneração menor.

O filósofo britânico John Gray em “Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global” descreveu a realidade do capitalismo norte-americano de fins dos anos 1990: “É interessante notar que essas ansiedades não são um efeito colateral da estagnação econômica. Ao contrário. Durante os últimos quinze anos, a economia norte-americana manteve-se em uma expansão quase contínua. A produtividade e a riqueza nacional cresceram firmemente. A reestruturação da indústria americana deu-lhe condições de recuperar mercados que se pensava estarem definitivamente perdidos para o Japão. Como na Inglaterra de meados da era vitoriana, a liberalização dos mercados na América do final do século 20 construiu um espetacular- e não reproduzível – boom econômico. Ao mesmo tempo, a renda da maioria dos americanos estagnou. Mesmo para aqueles cujas rendas aumentaram, o risco econômico pessoal cresceu visivelmente. A maioria dos americanos tem pavor de um distúrbio econômico do qual – suspeitam – nunca mais se recuperarão. Poucos pensam agora em termos de uma ocupação vitalícia. Muitos prevêm, não sem razão, que suas rendas cairão no futuro. Estas, evidentemente, não são circunstâncias que alimentam uma cultura de satisfação (GRAY, 1998, p. 146)”. Também analisando esta problemática, o economista francês Thomas Piketty, em “O Capital no século XXI”, obra de 2013 que teve grande impacto no debate global sobre a crescente desigualdade, menciona, sobre a concentração de riqueza no extrato do 1% mais rico da população: “Nos anos 1970, a parcela do centésimo superior na renda nacional era muito próxima nos vários países. Ela estava entre 6 e 8% nos quatro países anglo-saxões estudados, e com os Estados Unidos não era diferente, os americanos eram até ligeiramente ultrapassados pelo Canadá, que atingia 9% (...) Trinta anos depois, no começo dos anos 2010 a situação é totalmente diferente. A parcela do centésimo superior atingiu quase 20% da renda nacional nos Estados Unidos (...).”

(PIKETTY, 2013, p. 307). Piketty explica que nos países anglo-saxões a concentração de renda foi mais pronunciada do que na Europa continental e no Japão, onde também ocorreu. No Reino Unido e no Canadá o centésimo superior passou a ter entre 14-15% da renda nacional e na Austrália entre 9-10%. Japão e França passaram de 7% para 9%, Suécia, de 4% para 7% e Alemanha de 9% para 11%. (PIKETTY, 2013, p. 308). Em todo o mundo rico houve concentração de renda no topo da pirâmide social, mas foi nos EUA onde aconteceu com mais intensidade.

Todo esse processo de polarização de renda e, como consequência, polarização social, visível na paisagem de muitas partes do interior dos EUA, com suas fábricas abandonadas e cidades outrora pujantes, decadentes, alimentou forte ressentimento social daqueles que “ficaram para trás”. A candidatura de Donald Trump, desde quando despontou nas primárias republicanas para a eleição de 2016 e o seu mote de “fazer a América grande novamente” tem relação com esta frustração das massas, especialmente nos eleitores brancos pobres, de que as oportunidades econômicas e o caminho para a ascensão social estavam disponíveis e não mais estão.

A crescente polarização social, portanto, vem alimentando a extrema-direita e enfraquecendo consensos existentes na sociedade e na esfera política a respeito de políticas públicas internas e da política externa. John Gray trata, no livro aqui mencionado, do apelo nacionalista da pré-candidatura de Patrick Buchnann pelo Partido Republicano ou da candidatura independente de Ross Perot, que apareceram nos anos 1990 como sintomas desta insatisfação, mas então avaliava como inviáveis candidaturas tão críticas ao status quo bipartidário. Como sabemos, era questão de tempo.

## O DESAFIO DA “SEGURANÇA ALIMENTAR” E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Por Silvia Aparecida Zimmermann  
Nelson G. Delgado

---

Nesta última semana confirmou-se mais um governo republicano de Donald Trump para os próximos quatro anos nos Estados Unidos. Pesquisas de boca de urna indicaram que o tema da inflação e do custo dos alimentos, assim como os gastos em saúde, moradia e gasolina foram uma preocupação relevante para os eleitores.

Apesar de um cenário favorável de recuperação da inflação, as atuais condições sociais parecem ter sido determinantes na eleição do republicano, que tinha entre suas propostas de governo a redução da inflação, dos impostos sobre trabalhadores e gorjetas e a contenção da “invasão” dos imigrantes.

Em 2024, o relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) anunciou que cerca de 13,5% (18 milhões) das famílias dos EUA viviam em insegurança alimentar em 2023. Essa condição piorou em relação a dos anos anteriores: 12,8% em 2022 (17,0 milhões de famílias), 10,2% em 2021 (13,5 milhões de famílias) e 10,5% em 2020 (13,8 milhões de famílias).

Os preços dos alimentos aumentaram 13,5% no período de um ano encerrado em agosto de 2022. Desde então houve uma relativa estabilização, com o custo dos alimentos aumentando 1,1% de julho de 2023 a julho de 2024. Para alguns economistas a inflação alta em 2022 foi também resultado do *Plano de Resgate Americano* de Biden no pós pandemia, que injetou cerca de US\$ 1,9 trilhão na economia.

Segundo os dados do USDA, cerca de 58% das famílias com insegurança alimentar participaram de um ou mais dos três maiores programas federais de assistência alimentar: o *Programa de Assistência Nutricional Suplementar* (SNAP), o *Programa Especial de Suplementação Alimentar para Mulheres, Bebês e Crianças* (WIC) e o *Programa Nacional de Merenda Escolar*. Destaca-se o SNAP, o mais abrangente, que fornece benefícios mensais a famílias de baixa renda elegíveis pelo programa. Assim, entre primeiro de outubro de 2022 e 30 de setembro de 2023, o SNAP forneceu benefícios a 41,1 milhões de pessoas (cerca de 12,4% do total), por meio de um

benefício médio de US\$ 211,00 por pessoa por mês, gerando despesas federais em torno de US\$ 112,9 bilhões naquele ano.

O *Projeto 2025*, também conhecido como *Projeto de Transição Presidencial*, é um manifesto conservador de direita criado pela *The Heritage Foundation*, e por inúmeras outras organizações, propondo um modelo de como deve ser um governo conservador moderno. Não sendo defendido abertamente por Trump, nem negado completamente, o *Projeto 2025* sugere uma reestruturação do Departamento de Agricultura, além da redução dos investimentos no SNAP, tornando mais rigorosas as exigências de acesso ao programa. Para alguns analistas, muitas das sugestões do *Projeto 2025* são uma continuação dos esforços anteriores do governo Trump para desmantelar a rede federal de segurança nutricional, que passa pelo Departamento de Agricultura. Note-se que, na primeira gestão de Trump, as regras de exigibilidade excluíram do SNAP cerca de 700 mil pessoas, de modo que a vitória de Trump pode estimular ações governamentais que resultem em aumento dos índices de insegurança alimentar no país.

Em relação à agricultura, Trump tem uma base de apoio relevante, e controversa, pois em seu primeiro governo iniciou uma guerra comercial global dispendiosa com a China, tornando os EUA objeto de retaliação comercial. Trump também reverteu políticas ambientais e reprimiu a imigração ilegal para contratação em setores da agricultura, como a avicultura. De acordo com enquete realizada pela *Farm Bureau*, Trump, além de declarar-se o "presidente mais pró-Farmer de todos os tempos", anunciou que reduzirá as "taxas de juros" e os custos de energia agrícola pela metade no primeiro ano de seu mandato, além de reverter regulamentações onerosas criadas durante o governo Biden e políticas que facilitaram a imigração, que continua sendo um tema central em suas propostas.

Trump promete ser ainda mais duro com as tarifas comerciais internacionais e com as disputas comerciais com a China. Afirma que trabalhará para derrubar barreiras aos produtos da agricultura americana e para aprovar a *Lei de Comércio Recíproco*, priorizando produtores estadunidenses em relação aos terceirizados estrangeiros.

Quanto às políticas ambientais, promete reverter as políticas da *Agência Nacional de Proteção Ambiental (EPA)*, que afirma terem contribuído para custos de energia mais altos para a agricultura nacional, defendendo que a ação climática deve ocorrer de acordo com as regras de jogo do livre mercado.

Notadamente nas respostas de Trump ao Farm Bureau, a EPA é vista como inimiga dos agricultores: “Vou interromper imediatamente todas as políticas...que limitam a capacidade dos proprietários de terras de ganhar a vida e salvar os agricultores de regulamentações ridículas que aumentam os custos. Os burocratas federais não devem mais dizer como administrar seus negócios. A EPA nunca gerenciará sua terra”.

Por fim, o debate sobre as mudanças para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis e sobre a emergência climática apareceu na campanha de Trump por meio do slogan, popularizado em setembro de 2024, “*Make America Healthy Again-PAC*” (MAHA), criado por Robert F. Kennedy Jr. Assim, durante um discurso na Pensilvânia, Trump teria dito: “Vamos tirar produtos químicos tóxicos do nosso meio ambiente e vamos tirá-los do nosso suprimento de alimentos”...“Vamos tirá-los de nossos corpos”.

Soando como uma reviravolta (*plot twist*) até para apoiadores tradicionais do republicano, a plataforma MAHA anuncia ter sido construída em torno de um compromisso de abordar questões urgentes a serem enfrentadas pela sociedade, que não afetam apenas a saúde pública, mas também a integridade do meio ambiente e a transparência pública.

Críticos da campanha MAHA entendem que a narrativa da plataforma teve o propósito de captar apoiadores indecisos na reta final de campanha, mas que não se sustentará se observarmos a trajetória do primeiro governo Trump, quando a USDA relaxou os padrões de nutrição escolar e a EPA reverteu a proibição de *chlorpyrifos*, um pesticida que tem sido associado a problemas neurológicos em crianças.

Em suma, o resultado da última semana garantiu um segundo governo de Trump na Presidência dos Estados Unidos. Um dos desafios será observar com cuidado se, e como, suas ações, políticas e estratégias irão garantir uma redução dos índices de insegurança alimentar no país, fazendo com que “*Make America Healthy Again*” não seja apenas uma (das tantas!) *Fake News* de campanha. Além disso, as políticas e ações governamentais que vingarem nos Estados Unidos certamente influenciarão, de alguma forma, o desenho das propostas conservadoras no cenário brasileiro em 2026. Provavelmente nada muito novo, em grande parte reformatado, mas com roupagem a mais popular possível.

## O PROBLEMA DA "IMIGRAÇÃO ILEGAL"

Por Wagner Souza

---

**O**s Estados Unidos são o país que mais recebeu imigrantes na história. Em 1798 estabeleceu o Aliens Act and Aliens Enemy que previa expulsão de estrangeiros considerados perigosos e que viessem de países que entrassem em confronto com os Estados Unidos. No século XIX os imigrantes foram fundamentais para trabalhar nos territórios recém conquistados no Oeste. Uma imigração fundamentalmente de europeus. No final do século XIX era a indústria, e não mais a terra, a principal fonte de atração de imigrantes, e estes foram buscados especialmente na Europa. A vitória do norte anti-escravagista na Guerra de Secessão (1861-1865) favoreceu os imigrantes europeus, preferidos em relação aos trabalhadores negros. No entanto, a massa de imigrantes brancos que veio com a industrialização gerou desemprego em partes do país e fortaleceu o sentimento xenofóbico em relação a estes que chegavam. Então, não apenas os negros (embora, evidentemente, principalmente pela escravidão, e também após o término de sua vigência, tenham sofrido as piores consequências do preconceito) enfrentavam a discriminação, como também brancos de várias origens.

A legislação de imigração após a Primeira Guerra Mundial foi escrita com conteúdo claramente racista e deu preferência aos imigrantes europeus ocidentais, preferencialmente os do norte do continente. O objetivo era manter a “homogeneidade racial”. Até 1870 a obtenção de cidadania norte-americana estava restrita aos homens brancos. Apenas a partir de 1952 foi possível aplicá-la a não-brancos. Contudo, os mexicanos permaneceram à parte nessa política, tinham um “regime diferenciado”, pois eram essenciais para a agroindústria do sul. Este regime foi o Bracero Program. Para os norte-americanos a vantagem estava no fato de que, por esse programa, os mexicanos poderiam ser facilmente repatriados. Esta legislação demonstra o status do trabalhador mexicano nos EUA: é atraído quando a economia necessita de sua mão-de-obra e pode ser descartado, se necessário. A imigração legal e ilegal foi estimulada, até os anos 1950. Quando a conjuntura econômica não se mostrou tão favorável, os mexicanos em solo estadunidense, muitos não integrados à economia, centenas de milhares, foram presos e deportados.

Esta questão tem menos divergências no establishment bipartidário dos EUA do que aparenta, à primeira vista. Foi no governo do democrata Bill Clinton, em 1994, que se iniciou a construção do muro na fronteira com o México, que Donald Trump, a partir da campanha para o primeiro mandato, iniciado em 2017, defendeu ampliar e reforçar. A partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, no governo de George W. Bush, e a elevação da segurança à condição de prioridade número um, aumentaram sensivelmente as verbas (aumento de 34 bilhões de dólares em fins de 2006) para controle das fronteiras.

Embora muito se fale sobre a política imigratória de Donald Trump, abertamente hostil a estrangeiros, com destaque para latinos e muçulmanos, o legado de Barack Obama na área de imigração é controverso. Obama tentou aprovar uma reforma na legislação de imigração (o que foi bloqueado pela maioria republicana no Congresso) e através da DACA (Deferred Action for Childhood Arrivals) empreendeu ação que protegeu imigrantes sem documentos residentes nos Estados Unidos desde a infância, os chamados DREAMERS. Esta última medida permitiu que 740.000 jovens estudassem e trabalhassem nos Estados Unidos, o que também contribuiu para a arrecadação tributária do país. É comum ouvir dos críticos à imigração a respeito dos custos que estrangeiros representam ao país, porém, estes integrados ao mercado de trabalho, geram mais renda e impostos do que custos. A integração dessas pessoas é positiva para a economia do país. E esta questão envolve importante aspecto humanitário.

O governo de Barack Obama deportou imigrantes em nível recorde e avançou nas ações criminais envolvendo estes, que embora tivessem como foco os crimes graves atingiram também muitos acusados de crimes menores. Entre 2009 e 2016 foram 2,7 milhões de pessoas deportadas, mais do que em qualquer outro governo na história dos Estados Unidos. Muitas pessoas com origem na América Central, fugindo da violência, e que demandavam status humanitário, não obtiveram tal tratamento. Muitas dessas pessoas, que necessitavam de proteção, foram deportadas. Um aspecto especialmente aviltante do conjunto de políticas para imigração no período Obama foi a grande expansão das detenções familiares, para tentar impedir a chegada de novos refugiados. O encarceramento de famílias e crianças e sua separação, que ganhou grande destaque na mídia na primeira gestão Trump, ocorria já na administração anterior com os graves sofrimentos psicológicos infligidos a estas pessoas. Alguns argumentam que a política “linha dura” de Obama na imigração

visava conseguir um acordo bipartidário para a legalização de imigrantes residentes nos EUA, o que, como colocado, não ocorreu.

No atual governo de Joe Biden as prisões e deportações aumentaram em relação ao primeiro governo Trump. Especificamente na questão das prisões foram detidos por entrada ilegal nos EUA 6,4 milhões de migrantes, um número superior, portanto, ao de Trump, Obama ou George W. Bush. A administração Biden, entretanto, mudou a abordagem e tornou os procedimentos para deportação mais morosos, o que fez com que maiores contingentes permanecessem nos EUA aguardando o julgamento de seus casos. As regras mudaram novamente e as deportações aumentaram em 2024, já sob influência do período eleitoral e das críticas dos republicanos de “leniência” do governo democrata em relação ao tema.

A América Latina, obviamente pela posição geográfica e situação sócio-econômica ruim de muitos de seus habitantes é a região de origem da esmagadora maioria dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos. A imigração de grandes contingentes de pessoas desta região aos EUA sempre foi, como se procurou demonstrar neste texto, funcional para a economia estadunidense.

No entanto, o interesse pela sua absorção pela economia depende da conjuntura e, a despeito do crescimento econômico dos últimos anos e do nível de desemprego em patamares historicamente baixos (o que demanda trabalhadores e, em princípio, é favorável à entrada de estrangeiros, mesmo ilegais) o fluxo muito elevado e acima de níveis anteriores de imigrantes ilegais está sendo percebido como um “excesso” por parte das elites e da população do país, que sobrecarrega, neste entendimento (percepção muito comumente distorcida em relação à realidade e que é realimentada pelo discurso de ódio presente nas mídias sociais), a infraestrutura, os serviços de saúde e educação e apoio social do Estado, além de concorrerem pelos empregos. Tudo isso foi apresentado pela campanha presidencial republicana com um forte discurso xenófobo e preconceituoso. Os democratas, todavia, como se buscou explicar nestas linhas, operam o mesmo sistema. O discurso da extrema-direita trumpista se diferencia, contudo, pela agressividade nativista e por ser explicitamente excludente. No futuro não muito distante se verificará se a promessa de expulsão de imigrantes em um nível sem precedentes se realizará, mas as indicações é de que o republicano parece disposto a cumprir a promessa de campanha.

## A “GRANDE ESTRATÉGIA” AMERICANA PARA O SÉCULO XXI

Por José Luís Fiori

---

**P**oucos países do mundo possuem o poder e a capacidade de formular e sustentar estratégias internacionais de longo prazo. São as “Grandes Potências”, que nunca foram mais do que cinco ou seis através de toda a história do sistema interestatal criado pelos europeus. São Estados nacionais que possuem burocracias civis e militares sólidas e meritocráticas, com apoio social, e unidas por um consenso básico em torno à definição de seus grandes objetivos nacionais e internacionais.

Um consenso que permite ordenar e sustentar decisões, de médio e longo prazos, independentemente da alternância de partidos e da mudança de governos, são as chamadas “Grandes Estratégias”. Traçadas para períodos de uma, duas ou três décadas, têm poder suficiente para impactar e condicionar o desenvolvimento e as transformações de todo o sistema internacional, a partir de seus próprios “interesses nacionais”. A começar, neste momento, pelos Estados Unidos, que continuam a ser o país mais rico e poderoso do “sistema interestatal” e que seguem impondo (de uma forma ou de outra) sua presença e suas regras de arbitragem em grande parte do mundo, pelo menos até onde se estendem as fronteiras do seu império militar global.

Logo após o colapso da União Soviética, em 1991, veio a público um relatório produzido por um grupo de trabalho criado pelo presidente George W. Bush e coordenado por seu secretário de Defesa, Dick Cheney, com o objetivo de definir os novos objetivos e metas dos Estados Unidos para o século XXI. Desde então, este documento – *“Defense Planning Guidance, 1994-1999”* – transformou-se na bússola da política externa do partido e dos governos republicanos. E o que ele propunha como objetivo central era assegurar a “primazia mundial” dos Estados Unidos no século XXI – chamado de “Século Americano” – impedindo o surgimento de outras potências, em qualquer latitude, que pudessem ameaçar seu “poder global”, a partir de uma posição de força, pragmática, realista e pouco ideológica.

Na mesma década de 1990, durante o governo de Bill Clinton, o Partido Democrata também redefiniu sua política externa,

assumindo como sua bandeira a ideia do “fim da história” e da vitória definitiva dos valões liberal-cosmopolitas, do mercado, da democracia, dos direitos humanos e da globalização econômica. Uma posição fortemente ideológica e missionária com relação ao “resto do mundo” situado fora da cultura americana e da civilização europeia, justificando, a partir daí, que os Estados Unidos tomassem a iniciativa de intervenções militares e guerras que fossem “humanitárias”, ou seja, fossem travadas em nome da defesa e da difusão da tábua de valores “ocidentais”. Nesta linha, em 1997, Zbigniew Brzezinski, estrategista democrata que fora assessor do governo de Jimmy Carter, publicou o livro *The Grand Chessboard: American Primacy and the Geostrategic Imperatives* (New York: Basic Books), no qual sintetizou esses novos objetivos de longo prazo dos herdeiros de Woodrow Wilson, Theodor Roosevelt e John Kennedy. Assim mesmo, apesar de suas divergências táticas, o objetivo último de democratas e republicanos segue sendo rigorosamente o mesmo: a manutenção da supremacia mundial dos Estados Unidos, durante o século XXI, contra toda e qualquer força ou país que possa ameaçá-la.

Foi em nome desse objetivo comum que o governo democrata de Bill Clinton tomou a decisão de expandir a OTAN em direção ao leste da Europa, para impedir o ressurgimento da Rússia; como também foi decisão do governo Clinton envolver a OTAN no bombardeio da Iugoslávia, em 1999, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Logo em seguida, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, sucederam-se as “guerras sem fim” dos Estados Unidos e da OTAN no “Grande Oriente Médio”, iniciadas por governos republicanos, mas mantidas pelos governos democratas. E foi em nome dessa mesma estratégia de contenção global que os norte-americanos iniciaram sua operação de mudança de governo da Ucrânia, em 2014, que acabou envolvendo os Estados Unidos e a OTAN numa guerra com a Rússia, intermediada pelas forças da Ucrânia.

A partir de 2017, entretanto, as divergências entre republicanos e democratas aumentaram, com a nova política externa do governo republicano de Donald Trump, mesmo quando seu objetivo último seguisse sendo o mesmo. A nova “doutrina estratégica” da administração Trump renunciou à ideia de uma hegemonia ética, moral ou cultural norte-americana e optou por uma perspectiva realista de exercício pragmático e agressivo do poder militar e econômico dos Estados Unidos, sem apelo a valores universais e sem querer converter o resto da humanidade aos valores norte-americanos. Ao mesmo tempo, o governo republicano de Donald Trump criticou e se opôs abertamente ao projeto de

globalização econômica dos governos democratas dos anos 90, e denunciou sem peias as instituições multilaterais criadas depois da Segunda Guerra, que ele considerava ultrapassadas e desacreditadas, incluindo a ONU e a OTAN.

Depois da fracassada tentativa de reeleição de Trump, como se fosse numa “gangorra”, os democratas de Joe Biden voltaram ao governo já sem ilusões com relação à utopia da globalização econômica, porém mais convencidos do que nunca da obrigação de os EUA seguirem comandando *urbe et orbi* a missão civilizatória e catequética de propagação da democracia e dos valores culturais euro-americanos, ao lado de seus aliados da União Europeia e da OTAN. Colocaram-se na linha de frente na luta contra os povos, culturas e civilizações que questionassem a hegemonia ética e cultural do Ocidente.

Em 2025, Donald Trump volta ao governo dos Estados Unidos, e deve retomar de forma ainda mais firme e decidida os objetivos e propostas de seu mandato anterior. Deverá, entretanto, ter apenas um mandato de quatro anos, e o mais provável é que a luta interna das elites americanas se mantenha e até aumente de intensidade. Mas quaisquer que sejam os desdobramentos dessa disputa, uma coisa é certa: os EUA não abdicarão voluntariamente do poder global que já conquistaram e não renunciarão à sua expansão futura.

A política externa das grandes potências globais tem uma lógica própria, e por isso os EUA deverão seguir aumentando sua capacidade militar de forma contínua, mesmo que a administração Trump logre desativar o envolvimento americano com as guerras da Ucrânia e da Palestina. Mais do que isto, a velocidade dessa corrida armamentista deverá aumentar nos próximos anos, na medida em que se aproxime a hora da ultrapassagem tecnológica da economia americana pela economia chinesa. Uma espécie de “linha vermelha” que poderá ser ultrapassada na década de 2030. Após 2030, entretanto, se não houver uma guerra mundial, provavelmente atômica, é possível que a estratégia republicana, mais pragmática e realista, associada à figura de Donald Trump, acabe se impondo como um *modus convivendi* inevitável entre Estados Unidos, China, Rússia e Índia.

## DONALD TRUMP E A UNIÃO EUROPEIA

Por Flávio Aguiar

---

**D**ois dias depois das eleições norte-americanas da terça-feira, 5 de novembro, cerca de 50 líderes europeus se reuniram em Budapeste, na Hungria, para debater a situação geopolítica e europeia diante da vitória de Donald Trump.

Conclusão do encontro: a bem dizer, nenhuma. O presidente francês, Emmanuel Macron, fez um discurso veemente para os demais líderes presentes. A certa altura, disse ele:

“Há uma situação geopolítica em que fica claro que nos defrontamos com dois blocos: os Estados Unidos da América de uma lado e a China do outro, que, acima de tudo, defendem seus próprios interesses”.

Proseguiu dizendo que não cabia aos líderes da União Europeia ali reunidos (Também havia representantes do Reino Unido e de outros países que não integram a União) se a vitória de Trump era boa ou ruim.

E concluiu:

“A questão é: estamos prontos para defender os interesses dos europeus? Esta é a única pergunta que deveríamos nos fazer. No que me toca, penso que esta é a nossa prioridade”.

Aqui começam as dificuldades. Quais são, exatamente, “os interesses dos europeus”? Que europeus? Trabalhadores que perdem poder aquisitivo, aposentados na fimbria da pobreza, jovens desempregados, imigrantes estabelecidos ou seus descendentes ameaçados pela xenofobia crescente? Agricultores que reclamam das obrigações ambientais? A burguesia financeira, industrial, comercial, muitos dos quais consideram a economia verde cara e improdutiva e fecham unidades produtivas? Se olharmos para aquelas lideranças reunidas em Budapeste, o quadro se torna mais complexo ainda. Porque os “interesses europeus” de Macron não são exatamente os mesmos de Scholz, o chanceler alemão, cujos interesses não são os da italiana Giorgia Meloni, nem os do espanhol Pedro Sanchez, e certamente os interesses de todos esses não coincidem com os de Viktor Orbán, da Hungria, visto como próximo de Putin, e assim por diante.

Como se não bastasse essa fragmentação, os representantes das balizas de força na Europa estão nas cordas ou perto delas. Olaf Scholz lidera um governo minoritário, cuja expectativa é cair em breve. Eleitoralmente, Macron depende dos votos da esquerda contra a extrema-direita, esquerda que ele despreza no momento de formar um governo. Em Londres o governo trabalhista está isolado da Europa e geopoliticamente representa pouco mais do que uma correia de transmissão de Washington. Pedro Sanchez, na Espanha, ensaia uma voz mais independente mas está acossado continuamente pela direita que cada vez mais se inclina para a extrema-direita do Vox. Os países escandinavos, outrora pérolas da social-democracia, adernam à direita. Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, carece do porte de uma Angela Merkel, por exemplo. Em Roma, Meloni não se afirma como liderança continental. Neste quadro de lideranças esmaecidas restam, com vozes mais robustas, apenas Viktor Orbán, pela extrema-direita, e o Papa Francisco I, pela meia-esquerda, um líder com muitas tintas progressistas que dirige uma instituição visceralmente conservadora.

O presidente do Conselho Europeu, o belga Charles Michel, tentou sintetizar aqueles interesses:

“Vamos escrever juntos nosso futuro, ancorado na paz, na esperança, na estabilidade e na prosperidade compartilhada”.

Ora, tudo o que de fato a União Europeia e seus vizinhos, candidatos a ela ou dela egresso (Reino Unido), têm a oferecer? Paz? Não, imersos no apoio a uma guerra que cada vez mais parece sem futuro para o lado que defendem financeiramente e com armamentos, uma guerra que está numa perigosa escalada. Esperança, com o desemprego em alta? Com deportações à vista? Estabilidade, prosperidade compartilhada, em meio a uma espiral inflacionária? No momento o que se oferece de melhor ma Europs é a sensação transmitida pela mídia de que em outros espaços as coisas estão piores. E é diante deste cenário real que a abantesma Trump se ergue no horizonte.

Trump é uma incógnita, pois ninguém sabe até onde ele quererá ir, muito menos até onde poderá ir. Mas é uma incógnita que espalha muitas dúvidas, muitos temores, e algumas certezas. Para a maioria daqueles líderes europeus, teme-se pela sorte da Ucrânia e pela estabilidade da OTAN. No passado Trump chegou a aventar a possibilidade dos Estados Unidos deixarem a Organização. É pouco provável que isto aconteça, mas turbulências certamente virão. Economicamente, Trump vai atacar a China com impostos, talvez outros atores mundiais, talvez até mesmo a Europa. Como isto afetará o comércio, e os fluxos financeiros e

industriais, inclusive na Europa? Trump vai continuar denunciando o problema climático como uma conspiração contra o “America First”. O que vai acontecer?

No Oriente Médio vai promover Netanyahu, cujo belicismo genocida contribui para desestabilizar mais ainda os fluxos econômicos internacionais.

Internamente, Trump está reunindo em sua equipe o que de mais reacionário existe na política norte-americana, além de plutocratas internacionais, e está com a faca, o queijo e o tabuleiro nas mãos, com as maiorias de que seu partido e os conservadores desfrutam na Câmara, no Senado e na Suprema Corte.

Diante de tudo isto, brilha uma certeza: dias piores virão, para uma Europa de lideranças enfraquecidas, fragmentárias, isoladas e cada vez mais submetidas ao **diktat** do establishment norte-americano.

## A RELAÇÃO ENTRE OS EUA E A CHINA

Por Carlos Vladimir

---

O título é muito sugestivo sobre a natureza dos primeiros e últimos responsáveis pelas relações entre a China e os Estados Unidos desde o histórico encontro entre Mao e Nixon, em 1972. Aos mais atentos, tratou-se de uma manobra que mudou para sempre o mundo, algo comparável somente com o desaparecimento da União Soviética e do bloco socialista. Ali então não estava em jogo tão e somente o enfrentamento a um inimigo comum, a URSS. Muito além disso, do ponto de vista da grande estratégia, tanto Mao Zedong quanto Richard Nixon sabiam que estava em jogo o futuro dos dois países em uma ordem mundial cada vez mais perigosa, tanto para China quanto para os Estados Unidos.

Do lado chinês, o isolamento internacional do país levou Mao a trazer do ostracismo cinco de seus principais generais e conceder-lhes a liberdade de traçar cenários futuros que garantissem não somente a sobrevivência, mas o desenvolvimento da República Popular da China.

Um ponto unia todos os cenários apresentados: a principal ameaça à China era a União Soviética, enquanto uma aliança com os Estados Unidos seria funcional em amplos aspectos, incluindo as possibilidades de uma aliança estratégica tentada, na Rússia, por Lênin no final do século 19 com as potências ocidentais em troca de investimentos, concessões ao capital estrangeiro e abertura do mercado em troca das tecnologias e “forças produtivas” necessárias para o *catching-up* chinês. Tudo isso em meio ao caos da Revolução Cultural.

Neste aspecto, é justo introduzir que as condições objetivas às reformas econômicas iniciadas em 1978 por Deng Xiaoping foram criadas ainda com Mao em vida. E isso indica que o sucessor de Mao estava longe de significar uma ruptura com os postulados que levaram o Partido Comunista ao poder em 1949, fora uma solução de continuidade.

E aqui é de bom grado salientarmos um aspecto que os economistas heterodoxos das décadas de 1980 e 1990, empolgados com o “capitalismo organizado” japonês, e de noções reducionistas de “desenvolvimento à convite”, não percebiam. Ao contrário do Japão e Coreia do Sul, a China tinha margem de manobra para

organizar sua estratégia partindo de seus próprios esquemas e escolhas geopolíticas. Não podemos entender o que ocorre hoje na disputa entre China e EUA sem termos isso em mente.

Voltando, do lado estadunidense, havia uma crise existencial. A derrota no Vietnã, a expansão geopolítica da URSS sobre a África e a América Latina, a perda de dinamismo econômico diante do Japão e a Alemanha, sem mencionar que um país imenso como o Brasil e seu tremendo dinamismo surgia naquele momento como grande Estado industrial no próprio “quintal” estadunidense.

O interessante é que, no final da década de 1970, China e Estados Unidos compartilhavam de um mesmo diagnóstico interno: era necessário colocar ordem na casa. E assim foi feito. Deram-se as reformas econômicas chinesas e o golpe monetário e a violência contrarrevolucionária patrocinada pelos Estados Unidos sobre o mundo. Os herdeiros de Mao Zedong, muito melhores e mais preparados que os seus congêneres pós-Stálin na URSS, percebiam nesse movimento a mudança de estratégia do imperialismo estadunidense. Enxergaram ali uma oportunidade para si mesmos.

O diagnóstico vinha da percepção de Deng Xiaoping em não acreditar em uma 3<sup>a</sup> Guerra Mundial envolvendo capitalismo x socialismo. Por outro lado, a admissão da China socialista ao sistema interestatal capitalista logo transformaria o sistema produtivo chinês na outra face da moeda do dólar. Tornaram-se como irmãos siameses, um usando o outro na busca por suas agendas internas próprias — o combate à inflação combinado com keynesianismo militar nos EUA, e a elevação das forças produtivas na China. Afora um incidente ou outro, e muito pela alta capacidade e habilidade dos líderes chineses em manterem um “baixo perfil”, as relações com os Estados Unidos eram muito boas até algum tempo atrás.

Dentro desta estratégia “baixo perfil” dos chineses, pontos aparentemente fortes desfrutados pelos Estados Unidos, notadamente, a derrota da URSS, o triunfo de noções de “fim da história” ia ao encontro de um “destino manifesto”. E, na verdade, todas eram marcas de uma fragilidade crescente. A “paz perpétua” prometida pelo triunfo liberal, na verdade transformou-se em uma ditadura militar global exercida pelo imperialismo. A arrogância crescente das lideranças estadunidenses passou a ser inversamente proporcional à queda do nível intelectual, moral e cultural de seus principais líderes.

Neste contexto, a China nunca seria uma ameaça aos olhos dos intelectuais orgânicos da Atlântico Norte. Afinal, a China não

se enquadrava nos moldes neoinstitucionalistas de North e Acemoglu. Ora, para eles, a China não era uma democracia liberal. Logo, o sistema estava fadado ao colapso. Mas enquanto Joe Biden era eleito nos Estados Unidos, um marxista altamente sofisticado e experimentado dentro do aparato do Estado (ex-governador de duas grandes províncias chinesas) e do Partido Comunista da China já estava em exercício de poder. Era Xi Jinping, que substituiu outro grande homem de Estado, Hu Jintao. A armadilha chinesa já estava bem construída e dirigida.

Pelas entranhas do sistema capitalista internacional, uma nova formação econômico-social orientada ao socialismo foi sendo construída “tijolo a tijolo”. Ao ponto em que, desta engenharia social, nova e superior construiu-se um poderoso sistema nacional de inovação tecnológica, amparado por um ecossistema onde sistema produtivo e financeiro — públicos — e milhares de centros de pesquisa, sem as amarras dos lobbies intrínsecos do modo de produção capitalista foram erigidos. O socialismo chinês se transformava, rapidamente, na negação da financeirização. Um atributo do socialismo está na possibilidade de potencializar as possibilidades de catching-up e leapfrog chinês, enquanto a financeirização impôs imensas restrições às tentativas dos Estados Unidos de jogar para frente a fronteira tecnológica.

O resto da história todos conhecemos. A China lidera a atual vaga da revolução técnico-científica, notadamente as tecnologias relacionadas à transição energética. E os Estados Unidos respondem à sua moda: proxy wars, sanções, ameaças e violência que estão se tornando disfuncionais dado os avanços da República Popular da China em matéria de infraestruturas de semicondutores, inteligência artificial e outras tecnologias disruptivas.

Para encerrar, uma questão. O professor Fiori nos entrega uma reflexão importante, e me desobriga a concordar em sua totalidade. Uso suas próprias palavras em um fraternal diálogo: “a dolarização do ‘milagre econômico chines’ foi a grande ‘jogada’ que alavancou a recuperação e a vitória monetária e financeira do dólar e do ‘poder americano’, depois da sua crise dos anos 70. Além disto, teria sido a quinta grande ‘tacada’ que consolidou o longo processo de construção da ‘centralidade do Dólar’, a partir da Guerra Civil Americana.

A primeira teria sido a ‘captura’ das dívidas europeias das economias do Caribe e da América Central, incluindo a Venezuela, nas duas últimas décadas do século 19. A segunda foi desencadeada pelas duas Grandes Guerras, a Segunda mais do que a Primeira. A terceira grande tacada foi a “dolarização” do mercado

mundial de petróleo, seguida do financiamento e dolarização da reconstrução europeia.

Esses giros de parafuso da história demonstrados pelo nosso mestre Fiori chegaram a um limite? Talvez não se repita mais. O Partido Comunista da China poderá alcançar no centenário da Revolução Chinesa, em 2049, sua segunda vitória estratégica contra os Estados Unidos. A primeira foi o êxito de um exército de camponeses pobres contra a grande força militar do Kuomintang apoiada pelos EUA. O futuro está sendo construído agora.

## AS ARMAS E O PODER AMERICANO

Por Daniel Barreiros

---

**E**stá fora de discussão o fato de que os Estados Unidos seguem na frente em termos de capacidades ofensivas e defensivas de multi-espectro. No campo do poder aéreo, a presença consolidada de tecnologias de quinta geração como o F-22 Raptor e, principalmente, o F-35 Lightning II, com capacidades furtivas e integração avançada com sistemas cibernéticos e espaciais, ainda é capaz de sobrepujar seus rivais J-20 chinês e o Su-57 russo, que contam com capacidades furtivas inferiores e enfrentam desafios de produção. Uma diversidade de veículos blindados de última geração, incluindo o tanque M1 Abrams e os sistemas de mísseis Patriot e THAAD, garantem vantagem ao exército norte-americanas, mesmo que em termos quantitativos as forças chinesas e russas possam sobressair. A maior força de porta-aviões e submarinos do planeta, especialmente nucleares, ofusca marinhas com maior número de vasos operacionais, como a chinesa. A força espacial dos EUA dá ao país a liderança em satélites militares, com sistemas de alerta antecipado de mísseis balísticos e tecnologia avançada de monitoramento global. Ainda que a China e a Rússia possuam programas espaciais militares em expansão, e avancem rápido em capacidades de interferência e guerra antissatélite, seguem em termos de sofisticação tecnológica atrás dos EUA. O USCYBERCOM garante aos EUA capacidades avançadas de proteção de infraestrutura crítica e operações cibernéticas ofensivas, com apoio de tecnologias emergentes de inteligência artificial e big data; e muito embora as forças chinesas e russas sejam rivais sofisticados, ainda carecem de uma integração mais eficaz de recursos cibernéticos entre ramos das forças armadas.

Mas essa parece ser apenas parte da história. Muito embora a profissionalização militar no século XXI produza um contexto de redução do efetivo mobilizado, a baixa adesão às forças armadas norte-americanas tem sido um elemento presente nas críticas à condução da estratégia de defesa por parte do governo Biden, derrotado nas urnas em novembro deste ano. Em 2023, apenas a Marinha e a Força Espacial alcançaram suas metas de recrutamento, enquanto o Exército registrou um déficit de 10.000 soldados em relação à meta de 65.000 recrutas. Críticos atribuem esse problema a uma desconfiança crescente entre os mais jovens

acerca da dita “missão” de vigiar pela preservação da ordem baseada em regras, missão essa auto-atribuída na cultura política americana aos seus militares.

Em termos comparativos e quantitativos, a marinha americana opera hoje com uma frota significativamente reduzida, em comparação às 592 embarcações da época de Ronald Reagan. O objetivo de expandir a frota para 355 navios até 2032, incluindo submarinos lançadores de mísseis balísticos, continua distante, e requer a expansão de um orçamento militar que hoje já é o maior do mundo. Números não são tudo; mas ainda são muita coisa: enquanto a marinha dos EUA supera a frota chinesa em qualidade, causa preocupação em Washington que a China já tenha construído uma marinha quantitativamente mais expressiva, e esteja investindo em infraestrutura militar no Indo-Pacífico para desafiar nesse tabuleiro a presença americana.

No que tange tecnologia hipersônica, a China e a Rússia deram saltos expressivos, situação que tem sido atribuída por críticos a uma suposta leniência de Washington a respeito do tema, que se arrastaria desde a administração Obama. Projéteis hipersônicos são vetores de dissuasão importantes, e hoje, críticos entendem que a triade nuclear norte-americana (bombardeiros, mísseis balísticos intercontinentais, submarinos) encontra-se esgarçada ao limite. Os magníficos B-2 *Spirit*, outrora o suprassumo da tecnologia *stealth*, logo terão três décadas desde sua entrada em serviço, e seu substituto, o futurista B-21 *Raider*, ainda não se encontra operacional. Enquanto isso, desde 2020, a China dobrou seu estoque nuclear e sua tecnologia de mísseis, o que vem obrigando os EUA a reconsiderar sua estratégia para testes reais de armas nucleares, além de revisar a produção de urânio-235 e plutônio-239, componentes essenciais para armas nucleares.

O gabinete de transição do presidente eleito Trump tem sinalizado para a necessidade de um aprimoramento dos processos de aquisição militares, que vêm sofrendo com atrasos e custos inflacionados. A adoção de métodos mais ágeis, inspirados nos sistemas de países aliados como a Austrália, que desenvolveu tecnologias como o veículo aéreo não tripulado Ghost Bat de forma rápida e barata, pode ser uma estratégia para melhorar a eficiência do Pentágono. Fato é que a continuidade da hegemonia militar dos Estados Unidos parece encontrar um teto em um orçamento militar proibitivo, e na percepção do governo eleito, ineficiente. Se a resposta americana será dobrar a aposta ou promover uma mudança de paradigma, é algo que deve dominar os debates no campo da estratégia durante os próximos anos.

## TRUMP E A QUESTÃO ENERGÉTICA E AMBIENTAL

Por Fernanda Brozoski

---

**A** vitória de Donald Trump a presidência dos EUA trouxe à tona sérias preocupações sobre o risco de um grande retrocesso nas políticas ambientais. Seu lema de campanha “drill, baby, drill”, que pregava a expansão da exploração de petróleo como solução para reduzir os preços da energia e controlar a inflação, foi crucial para angariar apoio eleitoral em meio ao instável cenário econômico. Na mesma linha de argumentação, o republicano também anunciou que encerraria o Green New Deal e revogaria os fundos não utilizados do Inflation Reduction Act (IRA), alegando que tais medidas seriam essenciais para otimizar a alocação de recursos e reduzir gastos públicos.

Em sua gestão anterior (2017-2021), Trump apoiou fortemente as indústrias de carvão, petróleo e gás natural, revogando centenas de normas ambientais e flexibilizando regulamentações que permitiram explorar petróleo até em regiões protegidas e de grande sensibilidade ambiental, como o Refúgio Nacional de Vida Selvagem do Ártico, no Alasca. Nesse período, também retirou os EUA do Acordo de Paris de 2015 e reduziu as regulações federais sobre a poluição e as emissões gases de efeito estufa, medidas que o republicano anunciou que serão reeditadas assim que assumir a presidência.

Que a transição energética não tem sido priorizada em muitos países, não é nenhuma novidade. Contudo, quando esse posicionamento vem do maior poluidor, maior produtor de petróleo e segundo maior emissor de CO<sub>2</sub> do mundo, a situação ganha outra dimensão. Uma postura contrária aos esforços globais de descarbonização por esse ator tem um impacto negativo muito mais profundo. Nesse contexto, por exemplo, surgem questionamentos sobre os possíveis avanços reais da agenda climática defendida pelo Brasil no G20 e em outros fóruns de cooperação internacional.

Porém, o segundo governo de Trump não representa apenas uma ameaça ambiental, mas também riscos geopolíticos igualmente preocupantes. No mercado de energia global, por exemplo, um aumento substancial da produção de petróleo e gás dos EUA poderia pressionar os preços internacionais para baixo, impactando a viabilidade econômica de produtores menores ou de operações em ambientes de maior custo, como a exploração offshore

no Brasil. Além disso, o crescimento da competitividade das fontes fósseis pode desincentivar ou inviabilizar a expansão das fontes de baixo carbono, cujos custos ainda são bastante elevados. Com o aumento da oferta de petróleo e gás, os EUA não só ampliam sua segurança energética, mas também ganham instrumentos para enfraquecer o poder de barganha da OPEP – e dos Brics+ – e reduzir a competitividade dos produtos chineses de energias limpas.

A promoção das fontes fósseis nos EUA também traz implicações geopolíticas diretas para a América do Sul. As *majors* Chevron e ExxonMobil, cada qual fundidas a outras petroleiras estadunidenses, desde o ano passado, competem fortemente pelo acesso às imensas reservas *offshore* da Guiana. Ou seja, há um claro interesse dos americanos em expandir sua atuação nessa área. Lembrando que essa região compõe o que os estrategistas americanos chamam de “Grande Caribe”, uma zona estratégica em que os EUA devem manter total predomínio.

O Grande Caribe – que engloba o mar Caribe, a América Central, Colômbia e Venezuela – ocupa um lugar de destaque no pensamento geopolítico dos EUA desde o final do século XIX. Segundo Alfred Mahan e Nicholas Spykman, a região é essencial para o controle das rotas comerciais e a projeção do poder militar dos EUA. Mahan sinalizou a necessidade de conectar o Caribe ao Pacífico, visão consolidada na construção do Canal do Panamá em 1914, enquanto Spykman ampliou essa perspectiva, caracterizando o Caribe como o “Mediterrâneo Americano”, vital para a segurança e hegemonia regional dos EUA.

Somada a essa tradição de pensamento, a relevância geopolítica da costa norte da América do Sul é ainda amplificada pelo atual processo de reestruturação do setor petrolífero dos EUA. Porém, o aumento recente da projeção sobre essa região não se restringe aos americanos, a petrolífera francesa Total também busca uma maior atuação no Suriname e os russos e os chineses estreitam laços comerciais com a Venezuela e outros países latino-americanos.

A importância da Margem Equatorial para o Brasil é evidente do ponto de vista da segurança energética. Considerando que o tempo médio para viabilizar comercialmente uma reserva é de pelo menos 10 anos e que a relação entre reservas e produção da Petrobras é de 12 anos, a descoberta de novas jazidas é vital para o abastecimento nacional no médio e longo prazos. Além disso, encontrar novas reservas significa também preservar uma empresa que tem um papel fundamental na transição energética, dado que a renda petroleira é um dos instrumentos estatais mais importantes para financiar esse processo. Ainda mais relevante é o fato de que

a Petrobras possui um significativo potencial para desenvolver novas tecnologias essenciais à descarbonização da economia, além de contribuir para a construção de um parque industrial de baixo carbono.

A eleição de Trump e seu pré-anunciado estímulo às fontes fósseis evidencia a Margem Equatorial como uma área de maior relevância geopolítica na atual conjuntura. Esse é um ponto de atenção que o Estado brasileiro deve considerar ao definir suas políticas de atuação na região. A Margem Equatorial é estratégica para o Brasil não apenas pelo potencial de exploração de recursos petrolíferos, mas também pela necessidade de resguardar seus interesses frente a atores externos que não, necessariamente, compartilham do mesmo compromisso com a transição energética ou com o desenvolvimento nacional.

# A BIG PHARMA, UMA INVENÇÃO NORTE AMERICANA

Por Reinaldo Guimarães

---

## 1. As relações primordiais entre a Farma norte americana, suas guerras e o Estado.

Tanto o apoio estatal quanto as guerras que o país enfrentou ajudaram o nascimento da indústria farmacêutica nos EUA. A Pfizer foi fundada em 1849 por dois químicos imigrantes alemães e seu negócio expandiu-se rapidamente durante a Guerra Civil. Outro personagem histórico foi o coronel Eli Lilly que serviu na mesma guerra e após seu término, em 1876, abriu a empresa farmacêutica que, até hoje, leva seu nome. Outro militar na história da indústria farmacêutica nos EUA foi Edward Squibb, que foi médico naval durante a guerra mexicano-americana, fundou sua empresa em 1858 e também colaborou na Guerra Civil. No século XX, ao final da Primeira Guerra Mundial, a Bayer (alemã) teve a marca registrada da aspirina e seus ativos apreendidos nos EUA, enquanto a Merck foi compulsoriamente separada de sua matriz, também alemã. Durante a 2ª Guerra Mundial, aquela que foi, talvez, a descoberta farmacêutica de maior impacto na história, a penicilina, teve sua produção industrial integralmente comprada pelo governo norte americano por ocasião da entrada dos EUA na guerra. A produção industrial foi realizada por várias empresas, incluindo Merck, Pfizer e Squibb.

## 2. A Big Pharma norte americana é hegemonic no mundo.

É flagrante a hegemonia mundial da Big Pharma dos Estados Unidos da América (EUA). Em 2023, o mercado mundial de medicamentos atingiu cerca de 1,5 trilhão de dólares. Nesse mercado, em 2021, seis dentre as 10 campeãs de vendas eram norte americanas. Aliás, o mercado farmacêutico nos EUA (2022) responde por 42,6% do mercado mundial. Finalmente, dentre todos os setores que fazem lobby junto ao Congresso e governo nos EUA, a Big Pharma é, de longe, a que mais despende recursos. Foram 378,6 milhões de dólares em 2023.

A hegemonia da *Big Pharma* norte americana não é apenas produtiva e comercial, mas também política. Isso ficou marcado com a regulação global da Propriedade Intelectual (PI) ocorrida em 1994 com a assinatura do acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), no bojo da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. O ingresso na OMC foi vinculado à assinatura do TRIPS. Esse movimento político e diplomático teve na indústria farmacêutica norte americana um papel de grande liderança, associada com farmacêuticas de outros países detentores de grande número de patentes. O TRIPS enquadra o regime mundial de PI segundo regras draconianas, prevendo, inclusive que o descumprimento de seus dispositivos deve ser questionado apenas na própria OMC. O papel das farmacêuticas norte americanas durante a pandemia de COVID, ao atuar na OMC contra a concessão de um *waiver* nas patentes de vacinas anti Covid proposto por Índia e África do Sul, confirma essa liderança.

### **3. A *Big Pharma* e a financeirização: um rizoma\* empresarial.**

O deslocamento da indústria farmacêutica em direção a tornar-se uma *Big Pharma* não foi um movimento exclusivo dela. Ele se deu *pari passu* ao processo de financeirização das relações econômicas mundiais operado sob a liderança dos EUA. Resumidamente, a financeirização nas farmacêuticas significou subordinar os objetivos precípuos da empresa a outros, de ordem exclusivamente financeira, e isso se deu mediante aumentos significativos do pagamento de dividendos a grandes acionistas (investidores institucionais) em detrimento de investimentos em infraestrutura, P&D e produção. Esses acionistas são atores fora do corpo dirigente das empresas, acima dos executivos, e seus interesses não têm ligação direta com a produção de medicamentos. Em outros termos, são atores que governam os que deveriam governar. São pessoas jurídicas representantes de grandes conglomerados financeiros – bancos, fundos de investimento, patrimônios de famílias muito ricas, etc. Além disso, esses investidores se organizam como um rizoma, pois atuam em múltiplas empresas e dão origem ao que é conhecido como ‘propriedade comum’, que é generalizada na indústria farmacêutica dos EUA. Em 2014, por exemplo, o maior investidor nas então três

---

\* Um rizoma é um termo botânico que define um caule subterrâneo que se organiza em rede. Foi estendido à filosofia por Deleuze e Guattari.

maiores empresas farmacêuticas (Johnson & Johnson, Merck e Pfizer) foi o mesmo (BlackRock, Inc.). Essa é a regra, não a exceção<sup>1</sup>. Essas três empresas farmacêuticas compartilham outros grandes investidores que, por sua vez, participam como investidores em várias outras farmacêuticas. Desse rizoma de interesses exclusivamente financeiros resulta que quem define muitas das estratégias das farmacêuticas são esses investidores e não os executivos (presidentes e diretores). E que, se investidores compartilham farmacêuticas e vice-versa, além de estratégias eles podem estar definindo também decisões executivas.

Em paralelo ao aprofundamento da financeirização e da nova regulação global da PI, nas décadas de 1980 e 1990 a indústria farmacêutica testemunhou, atuou e usufruiu de um conjunto de novos conceitos e práticas científicas, tecnológicas, organizacionais, produtivas e comerciais que estabeleceram sua face atual de *Big Pharma*. A primeira delas foi a explosão científica ocorrida com a constituição da família das “ômicas” – genômica, proteômica, etc. – apoiada pelo *National Institutes of Health* (NIH) que, entre outros avanços, abriu novas avenidas na compreensão da interação entre medicamentos e o organismo humano. A tradução tecnológica dessas conquistas foi o desenvolvimento de uma nova rota para a produção de medicamentos, da síntese química para a biotecnologia. A introdução da biotecnologia nas farmacêuticas colocou um desafio para empresários e técnicos formados no ambiente da química fina, superado com a absorção de ativos e *know-how* existentes em empresas que dominavam a nova rota: os fabricantes de vacinas. Atualmente, várias dentre as maiores fabricantes mundiais de vacinas são propriedade da *Big Pharma*. Outra mudança ocorreu mediante uma radical desverticalização das empresas, chamada de *Business Process Outsourcing*, que vem resultando em terceirização de praticamente toda a atividade produtiva, incluindo a invenção, o desenvolvimento, a produção, a pesquisa clínica, o registro, o marketing e as vendas de produtos. A razão principal dessa estratégia de organização é o compartilhamento de riscos visando a economia de custos, providência necessária a qualquer empresa, mas muito mais necessária em um ambiente onde a remuneração aos grandes

---

<sup>1</sup> Banal-Estanol, A. et al. - Common Ownership in the US Pharmaceutical Industry: A Network Analysis. November 25, 2020. Forthcoming in the Antitrust Bulletin 66, 1, Spring 2021. Symposium title: Common Ownership: Illuminating a Great 21st Century Antitrust. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3738575](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3738575)

acionistas é um objetivo central. O único item não terceirizado é a propriedade das patentes que garantem a PI dos produtos.

Outra dimensão cada vez mais presente nas estratégias da *Big Pharma* é a inflação nos preços de medicamentos. Ao lado de alguns fatores objetivos em relação ao aumento de custos, há certamente elementos derivados dos mecanismos da financeirização e das regras de PI, como incluir os custos dos insucessos no desenvolvimento de produtos que fracassaram no caminho até o registro na especificação de um produto que chega ao mercado. Terapias para doenças raras entram cada vez mais no negócio da *Big Pharma*. São doenças muito graves e para as quais não existem medicamentos eficazes. O alto risco tecnológico embutido na transformação de candidatos a medicamentos ou terapias em produtos no mercado e a gravidade das doenças às quais se destinam faz com que eles sejam lançados a preços não sustentáveis para pacientes, suas famílias e mesmo sistemas de saúde.

Essas notas sobre o desenvolvimento da *Big Pharma* com a proeminência dos EUA devem ser entendidas como um caso particular de um modo de relacionamento entre as nações que originou a unipolaridade geopolítica, a globalização e o neoliberalismo. Foi essa conjuntura que sobredeterminou, tanto a financeirização das empresas farmacêuticas, quanto a instituição de um padrão mundial harmonizado de PI, que vêm sendo os dois principais pilares organizacionais, políticos e ideológicos do atual modo de funcionamento da *Big Pharma*.

## A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP E O SISTEMA MUNDIAL

Por José Luís Fiori

---

**A** maioria dos analistas está de acordo que o fracasso internacional do governo de Joe Biden teve um papel importante na vitória de Donald Trump, nas eleições do dia 5 de novembro de 2024. Com destaque para a humilhante retirada americana do Afeganistão; para o fracasso da OTAN na Guerra da Ucrânia; ou finalmente, para a ambiguidade dos EUA frente ao genocídio israelense da Faixa de Gaza, dividido entre seus apelos humanitárias, e o fornecimento direto das armas, do dinheiro e das informações utilizadas pelo governo de Israel no bombardeio da população palestina.

Neste momento ainda não se pode saber se a reeleição de Donald Trump será apenas uma rodada a mais da “gangorra” política americana. Desta vez, entretanto, Trump não pode reeleger-se e terá um mandato de apenas quatro anos, mas ao mesmo tempo contará com uma maioria conservadora no Congresso, no Senado e na Corte Suprema, e disporá de uma equipe de auxiliares homogênea. O que lhe permitirá, em princípio, levar à frente, de forma rápida e imediata, a sua “agenda nacional”. Mas na área internacional, entretanto, o horizonte é menos claro.

Neste campo a consigna básica de Donald Trump foi sempre a mesma: “a paz através da força”, e não pela guerra. Mas além disto o projeto internacional de Trump abre mão da “excepcionalidade moral” dos EUA, e adota o “interesse nacional americano” como única referência de todas as suas escolhas, decisões e alianças que poderão variar através do tempo. Seguindo-se daí o ataque de Donald Trump contra todas as instituições multilaterais, e contra todos os acordos e regimes comerciais, ou associados com a “questão climática” e a “transição energética”.

As “políticas internas” de Trump envolvem decisões soberanas e autônomas, e poderão ser tomadas sem maiores consultas a outros países e governos. Mas no caso da agenda internacional do novo governo, o problema é muito mais complexo, porque envolve acordos passados dos EUA, e se enfrenta com a vontade soberana de outros países, e de outras Grandes Potências, como no caso da China, do Irã, da Rússia, ou mesmo dos seus aliados da OTAN.

Com relação à China, é muito provável que Donald Trump consiga negociar acordos comerciais e tecnológicos pontuais. Mas a competição e o atrito entre os dois países deve se manter e aumentar de intensidade nos próximos anos. Até porque a China já foi definida pelos estrategos americanos, já faz algum tempo, como principal competidor e a principal ameaça aos Estados Unidos, no Século XXI. Nesse campo se pode falar inclusive de um consenso bipartidário, entre democratas e republicanos, com diferenças apenas de graduação e intensidade. De fato, o governo Biden manteve a mesma política protecionista contra China do primeiro governo de Trump.

Com a diferença que agora a China se encontra melhor preparada e não será surpreendida como aconteceu no primeiro governo Trump. Além disto, nestes anos recentes a China aprofundou sua relação econômica com seus vizinhos asiáticos, e com os países africanos e latino-americanos. E desde o início da Guerra da Ucrânia, em 2021, os chineses estreitaram seus laços econômicos e sua aliança estratégica com a Rússia, fechando a porta para qualquer tentativa de repetir a estratégia de Henry Kissinger, do século passado, só que agora invertendo os papéis da China e da Rússia.

Por tudo isto, o mais provável durante o segundo mandato de Donald Trump, é que as relações entre as duas potências sigam regidas pela “armadilha de Tucídites”, com uma aceleração sem precedentes da sua competição tecnológica e militar, com a universalização de sua “guerra comercial”, incluindo-se a possibilidade anunciada por Trump, de punição dos países que não utilizem o Dólar em suas transações internacionais, em particular no caso do grupo do BRICS..

No caso do Oriente Médio, também, são muito pequenas as diferenças entre as posições dos democratas e dos republicanos. Donald Trump deve inclusive aumentar o apoio do governo norte-americano à Israel e às suas guerras em Gaza e no Líbano. E deve aumentar a política de “pressão máxima” contra o Irã. Mas neste seu segundo mandato Donald Trump deve encontrar no Oriente Médio uma realidade militar e política muito diferente da que existia no seu primeiro mandato, sobretudo depois do sucesso dos dois ataques militares diretos do Irã contra a território israelense, da ruptura radical da Turquia com Israel, e da reaproximação entre o Irã e a Arábia Saudita, promovida pela China e abençoada pela Rússia.

Por isto qualquer acordo de cessar-fogo imediato que possa ser logrado não significará que Israel e o Irã suspendam a sua disputa de longo prazo, que é do tipo “soma zero”. A hipótese dos

“dois estados” parece completamente afastada e a resistência dos palestinos deve prosseguir, assim como a ameaça permanente de uma guerra entre os persas e os judeus com a possibilidade de transformar-se num conflito generalizada dentro do Oriente Médio.

Já na Europa o panorama é completamente diferente, e existe uma oposição radical entre o posicionamento dos democratas e o dos republicanos. Neste caso, a simples vitória eleitoral de Donald Trump, junto com a implosão do governo alemão de Olaf Scholz, provocaram de imediato, um profundo abalo e uma primeira divisão dentro do bloco belicista liderado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e por sua nova Chefe de Política Externa, Kaja Kallas, e apoiado pelo governo Biden, pela francês Emmanuel Macron, e pelo governo do primeiro-ministro inglês, Keir Stramer.

Ainda não está excluída a hipótese de que esta “coalizão russofóbica” se lance num ataque suicida contra a Rússia, antes da posse de Donald Trump. Mas o mais provável agora é que que se iniciem de imediato as negociações de paz, com o reconhecimento implícito por parte dos EUA da vitória militar russa. Mas também aqui não há que ter ilusões. Depois de sua vitória militar e econômica os russos não aceitarão mais o mundo unipolar tutelado pelos EUA. E o mais provável é que os EUA e a Inglaterra, junto com seus aliados europeus sigam se armando contra a Rússia, o grande “inimigo externo” que serviu como uma espécie de “princípio organizador estratégico” das potências ocidentais, e em particular da Inglaterra durante todo o Século XIX e dos EUA, no Século XX.

Se este “inimigo necessário” desaparecesse os EUA e a Inglaterra teriam que sucatear parte importante de sua infraestrutura militar global, construída com o objetivo de conter o “expansionismo russo”, envolvendo um investimento gigantesco em armas e em todo tipo de recursos materiais e humanos, civis, militares e paramilitares. E a OTAN, em particular, perderia sua razão de ser levando de roldão a estrutura de poder atual da União Europeia. Por isto, se houver um acordo de paz na Ucrânia, o mais provável é que ele seja também o ponto de partida de uma nova corrida armamentista, cada vez mais intensa, dentro da própria Europa, e obviamente, entre os EUA e a Rússia, com repercussões em cadeia, em todas as direções e latitudes do Sistema Mundial.

Por fim, os países periféricos da América Latina e da África não tem a menor importância dentro do projeto internacional de Donald Trump, que supõe sua submissão pura e simples ao poder monetário e econômico dos EUA. E neste caso, é muito provável que se repita o que passou na década de 80 do século passado, quando a periferia capitalista foi submetida e/ou derrotada pela política

econômica norte-americana do “dólar forte” e do “keynesianismo militar” de Ronald Reagan, sendo depois “resgatadas” pelas políticas e reformas neoliberais” impostas pelos “programas de ajuste” do FMI

Só que agora o enquadramento e submissão dos estados e das economias endividadas da América Latina e África deverá acontecer como derivação ou consequência indireta do novo “protecionismo econômico” anunciado por Donald Trump. Seu efeito imediato deverá ser o aumento da inflação e dos juros dentro dos EUA, e este aumento dos juros deverá provocar uma desvalorização generalizada das demais moedas nacionais, com aumento da dívida externa dos países endividados em Dólares, junto com o aumento das suas taxas de inflação, paralisa fiscal dos seus estados e estagnação de suas economias. E no fim, a volta e a submissão provável ao FMI, como no caso patético da Argentina de Javier Milei.

Resumindo, portanto, o que se deve esperar no campo internacional para os próximos quatro anos da Administração Trump: os Estados Unidos abdicam da projeto de universalização messiânica dos seus valores nacionais, e deixam de ser os “Cavaleiros Templários” de uma “ordem mundial regida por regras”. E se propõem atuar dentro do Sistema Mundial a partir exclusivamente dos seus “interesses nacionais” utilizando-se da sua força bruta, financeira, tecnológica e militar para impor sua vontade onde considere que seja necessário. Com um apelo, só em última instância, ao recurso da guerra.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL  
DO SÉCULO XXI**

**Nº8 - Novembro/2024**